



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2026.

A Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas/MG, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026**, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026**, critério de julgamento "**MENOR PREÇO POR LOTE**", modo de disputa **ABERTO**, que reger-se-á pelas Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar de nº 123 de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto Municipal nº 1.007, de 08 de Fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 1.011, de 21 de Fevereiro de 2024 e Decreto Municipal nº 1.017, de 08 de Março de 2024, e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos. A abertura da Sessão Pública será realizada às **09:00 HORAS DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2026**, por meio do portal eletrônico **AMM Licitá** (<https://ammllicita.org.br/>). O pregão será realizado pela Pregoeira Oficial ou Substituto designados pela Portaria nº 172 de 04 de setembro de 2025.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG**, conforme Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema **AMM Licitá** (<https://ammllicita.org.br/>) e as constantes deste edital, prevalecerão as constantes deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.1.1. Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da lei 14.133/2021.

2.1.1.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser anexado ao sistema juntamente da proposta, contendo pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Município até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste item.

2.1.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

2.1.2.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar de nº 130/09;

2.1.2.2. apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

2.1.2.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

2.1.2.4. o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão ter conhecimento acerca do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para a correta utilização do sistema.

2.3. Não poderão participar deste pregão os interessados que:

2.3.1. se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

2.3.2. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.3.3. sejam estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2.3.4. Seja autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.4.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.5.1. A vedação do item anterior se estende para eventuais empresas subcontratadas.

2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

2.4. O licitante interessado deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

2.5. O licitante interessado poderá enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

2.6. O licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o valor total ofertado para cada item (resultado da multiplicação do valor unitário pela quantidade), já incluídos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2.7. O licitante deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do produto/serviço ofertado ou colocar a expressão "de acordo com o edital".

2.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e que observa a proibição prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob pena de inabilitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em tópico específico deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2.9. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

2.10. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.11. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

2.12. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

2.13. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

2.14. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

2.15. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

2.16. A contratação se dará por meio de critério de julgamento do MENOR PREÇO POR LOTE.

2.16.1. A opção pelo julgamento por Lotes (Agrupamento de Itens) fundamenta-se nos princípios da eficiência, da competitividade e da padronização, conforme detalhado abaixo:

2.16.1.1. A divisão por lotes respeita a segmentação do mercado têxtil. O mercado de uniformes escolares possui características de produção e matérias-primas distintas do mercado de EPIs e uniformes operacionais (brim e tecidos técnicos). Ao agrupar os itens por afinidade, o Município atrai empresas especializadas para cada segmento, garantindo melhores preços e qualidade superior, evitando que uma empresa de vestuário comum tente fornecer itens técnicos (como camisas com proteção UV) sem a devida especialização.

2.16.1.2. O agrupamento garante que todas as peças de um mesmo grupo (ex: Lote Administrativo) sejam confeccionadas com o mesmo lote de tecido e a mesma tonalidade de tinta. Caso o julgamento fosse por item, o Município correria o risco de ter a calça fornecida por uma empresa e a camisa por outra, resultando em variações de cores e tecidos que comprometeriam a padronização e a identidade institucional pretendida, bem como correria o risco de receber um uniforme incompleto, como por exemplo, receber a bermuda escolar sem a camisa, com a contratação por lote essa possibilidade se anula.

2.16.1.3. A gestão de contratos por lotes simplifica a fiscalização e a entrega. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

Município centraliza a interlocução de cada grupo de secretaria com um único fornecedor responsável por todo o conjunto (ex: o conjunto completo da Escolinha de Futebol), facilitando a conferência da grade de tamanhos e eventuais trocas.

2.17. **Com exceção do lote 07 (itens 34 a 45)**, todos os itens/lotes são destinados **EXCLUSIVAMENTE** para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3. DOS ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, protocolizando o pedido **preferencialmente** no provedor do sistema **AMM Licitá** (<https://ammlicita.org.br/>) ou pelo e-mail licitacao@fortunademinas.mg.gov.br.

3.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital **até o terceiro dia útil que anteceder a data de realização do Pregão**, devendo o pedido ser protocolizado preferencialmente por meio eletrônico, no próprio sistema eletrônico da realização do pregão, no endereço **AMM Licitá** (<https://ammlicita.org.br/>), ou enviá-lo para o e-mail licitacao@fortunademinas.mg.gov.br.

3.2 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a mesma no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira.

3.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, se for o caso.

3.5. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública **exclusivamente** via internet, **preferencialmente** para o endereço eletrônico **AMM Licitá** (<https://ammlicita.org.br/>) ou enviá-lo para o e-mail licitacao@fortunademinas.mg.gov.br.

3.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se cadastrar como usuária perante o provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qual seja, **AMM Licitá** (<https://ammlicita.org.br/>), sendo observado o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- a) O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível;
- b) A chave de identificação e senha serão utilizadas em qualquer processo eletrônico;
- c) Deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- d) A senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do **AMM Licta** (<https://ammlicita.org.br/>) ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- e) Deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente de eventuais perdas diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. Declarado encerrado o credenciamento pela pregoeira, não serão admitidos novos proponentes.

5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1. Após a publicação do edital, os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema **AMM Licta** (<https://ammlicita.org.br/>), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- a) A etapa de que trata o item 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- b) O envio da proposta, nos termos do disposto no item 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- c) O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- d) os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública;
- e) na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no item 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o encerramento da fase de lances;
- f) Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público somente após o encerramento do envio de lances.
- g) os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, contadas da solicitação no sistema pela pregoeira;
- h) Durante a sessão pública, a comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- i) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto ao certame.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. São requisitos da proposta de preço:

6.1.1. Ser apresentada em língua portuguesa, contendo o número e a modalidade da licitação deste Edital, devendo preferencialmente, conter razão social, CNPJ, endereço, dados do representante legal (nome e CPF), e-mail, número de telefone e dados bancários.

6.1.2. Conter a assinatura do responsável legal da empresa ou representante devidamente qualificado;

6.1.3. Ser elaborada, preferencialmente, nos moldes do Anexo III deste edital;

6.1.4. Conter o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data-limite.

6.2. Na elaboração da proposta comercial deve ser considerado que:

6.2.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

6.2.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

6.2.1.2. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

6.2.2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

6.2.3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

6.2.3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

6.2.3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

6.2.3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

6.2.3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 6.2.2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

6.2.3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

6.2.3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

6.2.4. A licitante vencedora deverá Atender todos os pedidos efetuados/recebidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

6.3. Os preços e/ou taxas serão cotados com duas casas decimais. Ex: R\$ 10,55 e 10,55%.

6.4. No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes a prestação dos serviços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

6.5. As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pela Pregoeira, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, este deverá assiná-la se estiver presente na sessão.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por estarem omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.7. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame, também serão desclassificadas mediante decisão fundamentada da pregoeira.

6.8. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas, contados da notificação via sistema.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
 - b.1) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.
 - b.2) O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
- c) Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
- c) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- d) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual, referente ao domicílio da empresa.
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, referente ao domicílio da empresa.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:

- a) Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de abertura da sessão, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.
 - a.1) No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.5. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal (Anexo IV);

7.6. DECLARAÇÃO de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital (Anexo V);

7.7. DECLARAÇÃO de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (Anexo VI);

7.8. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que o licitante atende às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

pregoeira, sob pena de desclassificação ou de inabilitação, prazo durante o qual, a sessão será suspensa.

7.9. A Pregoeira poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.10. A pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

7.11. As declarações exigidas neste edital poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema **AMM Licitá** (<https://ammllicita.org.br/>).

7.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.13. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pela pregoeira com a utilização de chave de acesso e senha.

- a) Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de chave de acesso e senha.
- b) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

9. CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

9.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pela pregoeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

9.1.1. Somente as propostas classificadas pela pregoeira participarão da etapa de envio de lances.

9.1.2. Classificadas as propostas, a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10. MODOS DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

10.1.1 **Aberto:** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital de licitação;

10.1.2 No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.1.3. Na sucessão de lances a diferença não poderá ser inferior a R\$ 1,00 (um real).

10.1.4. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.2. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE** e o valor estimado, podendo a Pregoeira negociar diretamente com a proponente para que seja obtido melhor preço.

10.3. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.

10.4. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

10.4.1. Em se tratando de erro de digitação de valor durante a fase de lances, a licitante poderá solicitar à pregoeira o CANCELAMENTO do último lance, que somente será aceito se verificado uma diferença significativa em relação aos valores ofertados pelos demais licitantes participantes e/ou em relação ao valor estimado.

10.5. A licitante poderá solicitar à pregoeira o DECLÍNIO da proposta apresentada para o item, quando identificado após o inicio da sessão que houve erro no cadastro da proposta na plataforma, sendo o erro insanável, provocando assim a inexequibilidade da proposta, que somente será aceito pela pregoeira caso de fato esteja comprovado a inexequibilidade da proposta apresentada.

10.5.1. Uma vez aceito o DECLÍNIO para o item solicitado pela licitante, a ação é IRREVERSÍVEL na plataforma do portal eletrônico AMM Licit



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

(<https://ammllicita.org.br/>), estando dessa forma a licitante excluída da competição para o referido item objeto da solicitação do declínio.

11. MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.1.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 11.1 e 11.1.1, a etapa de envio de lances da sessão pública será encerrada automaticamente.

11.1.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do item 11.1.1, a pregoeira, poderá, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.1.4. Poderá a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa aberta, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance aberto atenda ao valor estimado.

11.2. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.3. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será assegurado o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.

11.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

11.4.2. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.5. A pregoeira solicitará **ao licitante melhor classificado** que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

11.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

(vinte e quatro) horas da comunicação do fato, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.7. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE, conforme, definido neste edital e seus anexos.

12. LANCES INTERMEDIÁRIOS

12.1 Serão considerados lances intermediários os de valores iguais ou superiores ao menor já ofertado, tendo em vista o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**.

13. DESCONEXÃO DO SISTEMA DURANTE A ETAPA DE LANCES

13.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, da nova data e horário aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

14. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

14.1. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pela pregoeira, as **LICITANTES** manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

14.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 60 da Lei Federal 14.133/2021.

14.2.1. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item anterior, será realizado sorteio.

14.3. As licitantes na condição de ME, MEI ou EPP sediadas local ou regionalmente, com proposta apresentada em valor até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, terão **PREFERÊNCIA** em relação às demais licitantes e será declarada vencedora, nos termos do art. 48, §3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.3.1. Será considerada **ME, MEI ou EPP LOCAL**, aquelas sediadas no Município de **Fortuna de Minas**.

14.3.2. Será considerada **ME, MEI ou EPP REGIONAL**:

a) Aquelas sediadas nos Municípios integrantes da Comarca de Sete Lagoas, conforme consulta no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG: **Baldim, Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Santana de Pirapama e Sete Lagoas**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

14.3.3. A prioridade de contratação de ME, MEI e EPP local ou regional se justifica na necessidade de incentivar e fomentar empresas que atuam no do ramo do objeto da presente contratação em âmbito local e regional, garantindo a circulação de renda e aumento de oportunidades de empregos e em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a obrigação de concessão “tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica”.

14.4. Para o **lote 07 (itens 34 a 45)**, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

14.4.1 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.4.1.1 a ME, MEI ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

14.4.1.2 apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

14.4.1.3 não sendo vencedora a ME, MEI ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, MEI e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

14.4.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, MEI e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.4.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

14.6. Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

14.7. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO POR LOTE**.

14.8. Será desclassificada:

a) a proposta que não atender às exigências deste edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

b) a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexistente.

14.9. Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

14.10. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto à pregoeira.

14.11. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

15. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

15.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

15.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.1.2. Os licitantes terão, 02 (duas) horas contado da solicitação da pregoeira no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 15.1.

16. JULGAMENTO DA PROPOSTA

16.1. Encerrada a etapa de negociação de que trata o item 15.1, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no § 4º do art. 19 e no § 2º do art. 37 do Decreto nº Municipal nº 1.011, de 21 de Fevereiro de 2024.

16.1.1. Para fins de verificação da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, será concedido **02 (duas) horas** para que o participante vincule ao sistema eletrônico a documentação indicada no item 7 deste instrumento convocatório, considerando as disposições do inciso II, do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado, somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

17.2. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

17.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.4. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.5. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

17.6. As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

17.6.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública.

17.6.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à pregoeira.

17.6.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

17.6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.7. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão eletrônico; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

17.8. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

17.9. A pregoeira negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Dos atos da Administração cabem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

18.1.1. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) Julgamento das propostas;
- b) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

18.1.2. Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.1.1, serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no subitem 18.1.1 será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;

18.2.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. O recurso de que trata o subitem 18.1.1 será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

18.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

18.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

19.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

19.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

19.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

19.5. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

19.6. A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

19.7. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

19.8. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

19.9. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

19.10. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.

19.11. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

19.12. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial.

19.13. O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços:

- a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou
- b) assinar o instrumento de contrato.

19.14. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

19.15. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

20. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

20.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 85 da Lei 14.133/2021.

20.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

20.3. QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE COMUNICADA AO MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS.

20.4. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto do edital.

21. DO RECEBIMENTO

21.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

21.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

21.1.2. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

21.2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

21.3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

21.3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

21.3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

21.3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

21.3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 21.2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

21.3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

21.3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

21.3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

21.4. A licitante vencedora deverá Atender todos os pedidos efetuados/recebidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

21.5. O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o MENOR PREÇO POR LOTE.

21.6. As dúvidas/esclarecimentos sobre o objeto podem ser enviadas ao e-mail administracao@fortunademinas.mg.gov.br e compras@fortunademinas.mg.gov.br.

21.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento de formalização de demanda e na proposta.

21.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Documento de Formalização de Demanda e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dia, a contar da notificação da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/serviços e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

21.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

21.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto/contrato.

21.12. Concluída a entrega, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pela Comissão de Recebimento.

21.13. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

21. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão da Ata de registro de Preços, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

22.1. Os itens objeto do presente edital serão fornecidos pelo preço constante na proposta da licitante vencedora.

22.2. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data em que foram fornecidos os produtos, em moeda corrente nacional, mediante o recebimento da nota fiscal correspondente e a efetiva entrega dos produtos.

22.3. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

22.3.1. O prazo para a solução, pela **CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

22.4. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à **CONTRATADA/BENEFICIÁRIA** da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.5. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

22.6. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

22.7. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes do fornecimento dos produtos.

23 - DOS ENCARGOS

23.1. Incumbe à Contratante:

23.1.1. Fiscalizar a execução dos serviços objeto deste edital;

23.1.2. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, conforme Nota de Empenho, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após a data em que foram prestados os serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços;

23.1.3. Cumprir as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

23.2. Incumbe à Licitante vencedora:

23.2.1. Prestar os serviços, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, em conformidade com o edital, com a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis a execução do objeto.

23.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do cumprimento do contrato.

23.2.3. Cumprir as responsabilidades previstas no Anexo I – Termo de Referência;

24. DA EXECUÇÃO

24.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar nas mesmas condições previstas na ata ou contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem nas quantidades dos itens objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

24.2. A Prefeitura se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para a Administração.

25. DAS PENALIDADES

25.1. Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto de nº 935, de 07 de novembro de 2022, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registo de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexistente com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

25.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
 - I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 25.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 25.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 25.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 25.1, subitens XIX, XXII, XXVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

25.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto nº 935 de 07 de novembro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.02.01.04.331.0401.2107.3.3.90.30.00, 02.04.01.08.244.0801.2107.3.3.90.30.00, 02.05.03.10.301.1003.2107.3.3.90.30.00, 02.06.01.12.361.1202.2107.3.3.90.30.00, 02.06.01.12.361.1202.2164.3.3.90.32.00, 02.06.01.12.365.1204.2164.3.3.90.32.00, 02.06.01.12.365.1204.2164.3.3.90.32.00, 02.09.01.15.122.1501.2107.3.3.90.30.00 e 02.08.01.27.122.2701.2107.3.3.90.30.00.

26.1.1. Por se tratar de licitação para REGISTRO DE PREÇOS, poderão ser incluídas novas dotações orçamentárias no momento da contratação.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

27.2. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

27.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura.

27.4. O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provoção de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

27.5. É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

27.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

27.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da aquisição.

27.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à aquisição.

27.9. Caso o adjudicatário não forneça o objeto do certame de acordo com a sua proposta ou se recuse a entregá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fornecimento.

27.10. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

devidamente fundamentada.

27.11. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

27.12. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

27.13. Constituem motivos para rescisão da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pelo art. 137 da Lei 14.133/21.

27.14. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

27.15. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

27.16. É facultado à pregoeira ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

27.17. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

27.18. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

27.19. A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.20. A(s) adequação(s) orçamentária(s) específica(s) para acobertar a(s) despesa(s) deste Pregão é(são) a(s) de nº(s): 02.02.01.04.122.0402.2021.3.3.90.30.00, 02.02.06.06.181.0601.2025.3.3.90.30.00, 02.02.06.06.181.0601.2026.3.3.90.30.00, 02.04.01.08.244.0801.2092.3.3.90.30.00, 02.04.02.08.244.0807.2095.3.3.90.30.00, 02.05.01.10.122.1001.2071.3.3.90.30.00, 02.05.03.10.301.1004.2076.3.3.90.30.00, 02.06.01.12.122.1201.2040.3.3.90.30.00, 02.06.02.12.361.1202.2039.3.3.90.30.00, 02.08.01.27.122.2702.2111.3.3.90.30.00, 02.08.05.13.392.1302.2069.3.3.90.30.00 e 02.09.01.15.122.1505.2115.3.3.90.30.00, não estando a(s) mesma(s) vinculada(s) a(s) despesa(s), antes da assinatura da Ata ou ordem de fornecimento, por se tratar de registro de preços.

27.21. O resultado que sobrevier ao procedimento licitatório será publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.234 de 24 de janeiro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2024.

27.22. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.23. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Sete Lagoas/MG.

27.24. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário, anteriormente estabelecidos.

27.25. A Prefeitura se reserva o direito de realizar apenas parte do objeto licitado, ou rejeitar todos, desde que haja conveniência para a Administração.

25.26. Cópias do Edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, por meio eletrônico, no provedor do sistema **AMM Licta** (<https://ammlicita.org.br/>), através do site <https://fortunademinas.mg.gov.br/licitacoes> ou pelo e-mail licitacao@fortunademinas.mg.gov.br.

25.27. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por meio eletrônico, no provedor do sistema AMM Licta (<https://ammlicita.org.br/>). Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (31) 99700-6208 ou pelo e-mail licitacao@fortunademinas.mg.gov.br.

25.28. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

25.29. Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de credenciamento;
- Anexo III - Planilha de Apresentação de Propostas;
- Anexo IV – Modelo de Declaração que não emprega menor;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Integralidade dos custos;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII - Minuta de contrato de fornecimento;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP.

Fortuna de Minas/MG, 27 de janeiro de 2026.

**FRANCIELE APARECIDA DE RESENDE
PREGOEIRA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO I AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e conforme abaixo especificado:

ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO
LOTE 01 - UNIFORME ADMINISTRATIVO SOCIAL			
1	60	UNIDADE	CALÇA SOCIAL MASCULINA , COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER. TECIDO: GABARDINE: TECIDO NOBRE, TRAMAS MAIS FECHADAS QUE O OXFORD, NÃO AMASSA, NÃO ENCOLHE, NÃO MANCHA, COM ÓTIMO CAIMENTO E CONFORTO. COR: AZUL MARINHO OU PRETO (A DEFINIR NO ATO DA COMPRA). CÓS: COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO. FECHAMENTO: COM ZÍPER, COM BOLSOS FRONTAIS E TRASEIROS. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
2	12	UNIDADE	CALÇA SOCIAL MASCULINA , COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER. TECIDO: GABARDINE: TECIDO NOBRE, TRAMAS MAIS FECHADAS QUE O OXFORD, NÃO AMASSA, NÃO ENCOLHE, NÃO MANCHA, COM ÓTIMO CAIMENTO E CONFORTO. COR: AZUL MARINHO OU PRETO (A DEFINIR NO ATO DA COMPRA). CÓS: COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO. FECHAMENTO: COM ZÍPER, COM BOLSOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			FRONTAIS E TRASEIROS. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
3	120	UNIDADE	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA CURTA, COMPOSIÇÃO DE 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO. TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS). COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA: COM 6 BOTÕES FRONTEAIS. MANGA CURTA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
4	24	UNIDADE	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA CURTA, COMPOSIÇÃO DE 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO. TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS). COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA: COM 6 BOTÕES FRONTEAIS. MANGA CURTA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
5	60	UNIDADE	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA LONGA , COMPOSIÇÃO DE 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO. TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPIILLING (NÃO FAZ BOLINHAS). COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA: COM 6 BOTÕES FRONTAIS E 1 EM CADA PUNHO. MANGA LONGA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
6	12	UNIDADE	CAMISA MASCULINA SOCIAL MANGA LONGA , COMPOSIÇÃO DE 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO. TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPIILLING (NÃO FAZ BOLINHAS). COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA: COM 6 BOTÕES FRONTAIS E 1 EM CADA PUNHO. MANGA LONGA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			(60/62).
7	120	UNIDADE	<p>CALÇA SOCIAL FEMININA, COMPOSIÇÃO 95% POLIÉSTER E 5% ELASTANO. TECIDO: CONFORT UNIFORM. TECIDO NOBRE, NÃO AMASSA, NÃO ENCOLHE, NÃO MANCHA, COM ÓTIMO CAIMENTO E CONFORTÁVEL. COR: AZUL MARINHO OU PRETO (A DEFINIR NO ATO DA COMPRA). CÓS: COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO. FECHAMENTO: COM ZÍPER, COM BOLSO FRONTAL E BOLSO TRASEIRO FALSO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).</p>
8	24	UNIDADE	<p>CALÇA SOCIAL FEMININA, COMPOSIÇÃO 95% POLIÉSTER E 5% ELASTANO. TECIDO: CONFORT UNIFORM. TECIDO NOBRE, NÃO AMASSA, NÃO ENCOLHE, NÃO MANCHA, COM ÓTIMO CAIMENTO E CONFORTÁVEL. COR: AZUL MARINHO OU PRETO (A DEFINIR NO ATO DA COMPRA). CÓS: COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO. FECHAMENTO: COM ZÍPER, COM BOLSO FRONTAL E BOLSO TRASEIRO FALSO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).</p>
9	80	UNIDADE	<p>CAMISA FEMININA SOCIAL MANGA LONGA, COMPOSIÇÃO 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO (MAIS CONFORTO). TECIDO:</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS) COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA COM 6 BOTÕES FRONTAIS E 1 EM CADA PUNHO. MANGA LONGA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
10	16	UNIDADE	CAMISA FEMININA SOCIAL MANGA LONGA, COMPOSIÇÃO 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO (MAIS CONFORTO). TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS) COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA COM 6 BOTÕES FRONTAIS E 1 EM CADA PUNHO. MANGA LONGA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
11	120	UNIDADE	CAMISA FEMININA SOCIAL MANGA CURTA, COMPOSIÇÃO 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO (MAIS CONFORTO). TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS) COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA COM 6 BOTÕES FRONTAIS. MANGA CURTA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
12	24	UNIDADE	CAMISA FEMININA SOCIAL MANGA CURTA, COMPOSIÇÃO 38% POLIÉSTER (MAIS DURABILIDADE E AMASSA MENOS) 58% ALGODÃO (MAIS FRESCO E MACIO) 4% ELASTANO (MAIS CONFORTO). TECIDO: WORKWEAR TRICOLINE CANNES COM PROTEÇÃO UV FATOR 30 E ANTIPILLING (NÃO FAZ BOLINHAS) COR DA CAMISA: AZUL CLARO (AZUL BEBÊ OU AZUL SERENITY). COR DOS DETALHES: AZUL MARINHO. VISTA COM 6 BOTÕES FRONTAIS. MANGA CURTA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
LOTE 02 - UNIFORME CONSELHO TUTELAR			
13	30	UNIDADE	CAMISA GOLA POLO, TECIDO DE MALHA PIQUET PA 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, ANTIPILLING. COR: CINZA CHUMBO. SILK SCREEN PEITO, COSTAS E MANGA (LOGO DO LADO ESQUERDO; NOME DO CONSELHEIRO DO LADO DIREITO; COSTA ESCRITO CONSELHO TUTELAR; MANGA DIREITA: BANDEIRA DO BRASIL; MANGA ESQUERDA BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS). ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
14	12	UNIDADE	CAMISA GOLA POLO , TECIDO DE MALHA PIQUET PA 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, ANTIPILLING. COR: CINZA CHUMBO. SILK SCREEN PEITO, COSTAS E MANGA (LOGO DO LADO ESQUERDO; NOME DO CONSELHEIRO DO LADO DIREITO; COSTA ESCRITO CONSELHO TUTELAR; MANGA DIREITA: BANDEIRA DO BRASIL; MANGA ESQUERDA BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS). ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
15	30	UNIDADE	CAMISA 100% ALGODÃO , TECIDO 100% ALGODÃO, FIO 30/1 PENTEADO. COR: AZUL ROYAL. SILK SCREEN PEITO, COSTAS E MANGA (LOGO DO LADO ESQUERDO; NOME DO CONSELHEIRO DO LADO DIREITO; COSTA ESCRITO CONSELHO TUTELAR; MANGA DIREITA: BANDEIRA DO BRASIL; MANGA ESQUERDA BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS). ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
16	12	UNIDADE	CAMISA 100% ALGODÃO , TECIDO 100% ALGODÃO, FIO 30/1 PENTEADO. COR: AZUL ROYAL. SILK SCREEN PEITO, COSTAS E MANGA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			(LOGO DO LADO ESQUERDO; NOME DO CONSELHEIRO DO LADO DIREITO; COSTA ESCRITO CONSELHO TUTELAR; MANGA DIREITA: BANDEIRA DO BRASIL; MANGA ESQUERDA BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS). ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
--	--	--	---

LOTE 03 - CAMISAS PARA CAMPANHAS

17	1.200	UNIDADE	CAMISA PARA CAMPANHA , CONFECCIONADA EM MALHA PV, COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIVISCOSE, ANTIPILLING, COM GOLA REDONDA E ACABAMENTO EM RIBANA, MANGAS CURTAS PARA EVENTUAL E FUTURAS CAMPANHAS E AÇÕES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS (SILK SCREEN COM BRASÃO DO MUNICÍPIO, DA SECRETARIA SOLICITANTE E SLOGAN DA CAMPANHA A SER REALIZADA). COM SILK SCREEN FRENTE E COSTAS. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
18	240	UNIDADE	CAMISA PARA CAMPANHA , CONFECCIONADA EM MALHA PV, COMPOSIÇÃO 67% ALGODÃO E 33% POLIVISCOSE, ANTIPILLING, COM GOLA REDONDA E ACABAMENTO EM RIBANA, MANGAS CURTAS PARA EVENTUAL E FUTURAS CAMPANHAS E AÇÕES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS (SILK SCREEN COM BRASÃO DO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			MUNICÍPIO, DA SECRETARIA SOLICITANTE E SLOGAN DA CAMPANHA A SER REALIZADA). COM SILK SCREEN FRENTE E COSTAS. AS CORES SERÃO DEFINIDAS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
LOTE 04 - UNIFORME ESCOLINHA DE FUTEBOL			
19	300	UNIDADE	KIT UNIFORME ESCOLINHA DE FUTEBOL CONTENDO: 1 CAMISA TECIDOS DRYICN E DRY ELAX, GOLA RT 2023, PUNHOS ANATÔMICOS, LOGO DA PREFEITURA NA FRENTE DA CAMISA, LOGO DA SECRETARIA NA PARTE DE TRÁS DA CAMISA, NUMERAÇÃO NA PARTE DE TRÁS, ESCUDO DO TIME NO PEITO. 1 CALÇÃO TECIDO DRY TEX, ESCUDO DO TIME NA Perna DIREITA, NUMERAÇÃO NA Perna ESQUERDA. CADARÇO DE REGULAGEM INFINITA. 1 PAR DE MEIÃO COMPOSIÇÃO: 99,2% POLIÉSTER / 0,50% POLIAMIDA / 0,3% ELASTANO. TECNOLOGIA: FLOT, DRY ONE, CONFORT, COMPRESS, ANATOMIC. TAMANHOS DIVERSOS (5 ATÉ 17 ANOS). COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS TAMANHOS DE 5 ATÉ 17 ANOS (1 DE CADA TAMANHO).
20	150	UNIDADE	COLETE PARA TREINO INFANTIL. COLETE ESPORTIVO DUPLA FACE, UMA COR DE CADA LADO DO COLETE. LATERAIS COM ELÁSTICO. COMPOSIÇÃO: DRY OU DRYFIT, 100% POLIÉSTER. TAMANHO: INFANTIL. DIMENSÕES MÍNIMAS: 53 CM X 35 CM (ALTURA X



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			<p>LARGURA) AS CORES SERÃO DEFINIDAS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA PARA VERIFICAÇÃO DO Tamanho DO ITEM.</p>
21	150	UNIDADE	<p>COLETE PARA TREINO ADULTO. COLETE ESPORTIVO DUPLA FACE, UMA COR DE CADA LADO DO COLETE. LATERAIS COM ELÁSTICO. COMPOSIÇÃO: DRY OU DRYFIT, 100% POLIÉSTER. Tamanho: ADULTO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 67 CM X 43 CM (ALTURA X LARGURA) AS CORES SERÃO DEFINIDAS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA PARA VERIFICAÇÃO DO Tamanho DO ITEM.</p>
LOTE 05 - UNIFORME SECRETARIA DE OBRAS			
22	100	UNIDADE	<p>CALÇA EM TECIDO BRIM. CONFECCIONADA EM BRIM PESADO (100% ALGODÃO - GRAMATURA MÍNIMA DE 250G/M²), CÓS COM MEIO ELÁSTICO NA CINTURA SOMENTE NA PARTE DE TRÁS/COSTAS; COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO, BOTÃO E ZÍPER PARA FECHAMENTO; COM 6 BOLSOS (2 DIANTEIROS TIPO FACA, 2 TRASEIROS, E 2 LATERAIS TIPO CARGO/COM ABA PARA FECHAMENTO); COSTURAS REFORÇADAS E COM TRAVETES; REFORÇO ENTRE PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. NO BOLSO TRASEIRO DIREITO DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS BORDADO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
23	20	UNIDADE	CALÇA EM TECIDO BRIM. CONFECCIONADA EM BRIM PESADO (100% ALGODÃO - GRAMATURA MÍNIMA DE 250G/M ²), CÓS COM MEIO ELÁSTICO NA CINTURA SOMENTE NA PARTE DE TRÁS/COSTAS; COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO, BOTÃO E ZÍPER PARA FECHAMENTO; COM 6 BOLSOS (2 DIANTEIROS TIPO FACA, 2 TRASEIROS, E 2 LATERAIS TIPO CARGO/COM ABA PARA FECHAMENTO); COSTURAS REFORÇADAS E COM TRAVETES; REFORÇO ENTRE PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. NO BOLSO TRASEIRO DIREITO DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS BORDADO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
24	100	UNIDADE	CALÇA EM TECIDO BRIM. CONFECCIONADA EM BRIM PESADO (100% ALGODÃO - GRAMATURA MÍNIMA DE 250G/M ²), CÓS COM MEIO ELÁSTICO NA CINTURA SOMENTE NA PARTE DE TRÁS/COSTAS; COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO, BOTÃO E ZÍPER PARA FECHAMENTO; COM 4 BOLSOS (2 DIANTEIROS TIPO FACA E 2 TRASEIROS); COSTURAS REFORÇADAS E COM TRAVETES; REFORÇO ENTRE PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. NO BOLSO TRASEIRO DIREITO DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS BORDADO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
25	20	UNIDADE	CALÇA EM TECIDO BRIM. CONFECCIONADA EM BRIM PESADO (100% ALGODÃO - GRAMATURA MÍNIMA DE 250G/M ²), CÓS COM MEIO ELÁSTICO NA CINTURA SOMENTE NA PARTE DE TRÁS/COSTAS; COM NO MÍNIMO 5 PASSANTES PARA USO DE CINTO, BOTÃO E ZÍPER PARA FECHAMENTO; COM 4 BOLSOS (2 DIANTEIROS TIPO FACA E 2 TRASEIROS); COSTURAS REFORÇADAS E COM TRAVETES; REFORÇO ENTRE PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. NO BOLSO TRASEIRO DIREITO DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS BORDADO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
26	150	UNIDADE	CAMISA TÉRMICA MANGA COMPRIDA, MATERIAL DRYFIT 92% POLIÉSTER - 8% ELASTANO, FATOR DE PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA (FPU) 50+ PERMANENTE (QUE NÃO SAI NAS LAVAGENS), BLOQUEANDO NO MÍNIMO 98% DOS RAIOS UVA E UVB, PERSONALIZADA COM ARTE NA FRENTE LADO ESQUERDO DE TAMANHO APROXIMADAMENTE 10X10CM E ARTE NAS COSTAS DE TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 30CMX30CM. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
27	30	UNIDADE	CAMISA TÉRMICA MANGA COMPRIDA, MATERIAL DRYFIT 92% POLIÉSTER - 8% ELASTANO, FATOR DE PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA (FPU) 50+ PERMANENTE (QUE NÃO SAI NAS LAVAGENS), BLOQUEANDO NO MÍNIMO 98% DOS RAIOS UVA E UVB, PERSONALIZADA COM ARTE NA FRENTE LADO ESQUERDO DE TAMANHO APROXIMADAMENTE 10X10CM E ARTE NAS COSTAS DE TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 30CMX30CM. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
28	150	UNIDADE	CAMISA TÉRMICA MANGA CURTA. GOLA REDONDA; MATERIAL DRYFIT 92% POLIÉSTER - 8% ELASTANO. FATOR DE PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA (FPU) 50+ PERMANENTE (QUE NÃO SAI NAS LAVAGENS), BLOQUEANDO NO MÍNIMO 98% DOS RAIOS UVA E UVB, PERSONALIZADA COM ARTE NA FRENTE LADO ESQUERDO DE TAMANHO APROXIMADAMENTE 10X10CM E ARTE NAS COSTAS DE TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 30CMX30CM. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			<p>LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).</p>
29	30	UNIDADE	<p>CAMISA TÉRMICA MANGA CURTA. GOLA REDONDA; MATERIAL DRYFIT 92% POLIÉSTER - 8% ELASTANO. FATOR DE PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA (FPU) 50+ PERMANENTE (QUE NÃO SAI NAS LAVAGENS), BLOQUEANDO NO MÍNIMO 98% DOS RAIOS UVA E UVB, PERSONALIZADA COM ARTE NA FRENTE LADO ESQUERDO DE TAMANHO APROXIMADAMENTE 10X10CM E ARTE NAS COSTAS DE TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 30CMX30CM. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).</p>
LOTE 06 – JALECOS			
30	60	UNIDADE	<p>JALECO MANGA CURTA. TECIDO TWO WAY, 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, VIÉS NAS MANGAS, GOLA, BOLSOS E BARRAS. FAIXA NAS COSTAS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR MEIO DE 5 OU 6 BOTÕES; DOIS BOLSOS NA ALTURA DOS QUADRIS (ESQUERDA E DIREITA). UM BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA BORDADO COM O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS E NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM BORDADO NA PARTE SUPERIOR DA MANGA ESQUERDA COM O NOME DO SETOR. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
31	15	UNIDADE	JALECO MANGA CURTA. TECIDO TWO WAY, 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, VIÉS NAS MANGAS, GOLA, BOLSOS E BARRAS. FAIXA NAS COSTAS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR MEIO DE 5 OU 6 BOTÕES; DOIS BOLSOS NA ALTURA DOS QUADRIS (ESQUERDA E DIREITA). UM BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA BORDADO COM O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS E NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM BORDADO NA PARTE SUPERIOR DA MANGA ESQUERDA COM O NOME DO SETOR. COR E Tamanhos a SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE Tamanho ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
32	60	UNIDADE	JALECO MANGA COMPRIDA. TECIDO TWO WAY, 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, VIÉS NAS MANGAS, GOLA, BOLSOS E BARRAS. FAIXA NAS COSTAS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR MEIO DE 5 OU 6 BOTÕES; DOIS BOLSOS NA ALTURA DOS QUADRIS (ESQUERDA E DIREITA). UM BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA BORDADO COM O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS E NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM BORDADO NA PARTE SUPERIOR DA MANGA ESQUERDA COM O NOME DO SETOR. COR E Tamanhos a SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			<p>CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).</p>
33	15	UNIDADE	<p>JALECO MANGA COMPRIDA. TECIDO TWO WAY, 95% POLIESTER E 5% ELASTANO, VIÉS NAS MANGAS, GOLA, BOLSOS E BARRAS. FAIXA NAS COSTAS. ABERTURA FRONTAL COM FECHAMENTO POR MEIO DE 5 OU 6 BOTÕES; DOIS BOLSOS NA ALTURA DOS QUADRIS (ESQUERDA E DIREITA). UM BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA BORDADO COM O BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS E NOME DA SECRETARIA SOLICITANTE. COM BORDADO NA PARTE SUPERIOR DA MANGA ESQUERDA COM O NOME DO SETOR. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).</p>

LOTE 07 – UNIFORMES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

34	600	UNIDADE	<p>BERMUDA INFANTIL EM HELANCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 250 G/M². CÓS COM ELÁSTICO DE ALTA PERFORMANCE, COM LARGURA MÍNIMA DE 30MM, COMPOSTO POR POLIÉSTER E ELASTODIENO, COM EXCELENTE MEMÓRIA ELÁSTICA E RESISTÊNCIA A SUCESSIVAS LAVAGENS. O ELÁSTICO DEVE SER APLICADO COM COSTURA REFORÇADA EM MÁQUINA GALONEIRA, ELASTIQUEIRA OU SIMILAR, GARANTINDO TENSIONAMENTO UNIFORME E EVITANDO O ENROLAMENTO DO ELÁSTICO NO INTERIOR DO CÓS. COR DA</p>
----	-----	---------	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

		<p>BERMUDA: CINZA ELEFANTE, COM 01 VIÉS CHATO EM TECIDO POLIÉSTER, NA COR AZUL MARINHO, COM 1CM DE LARGURA, APLICADO NO SENTIDO LONGITUDINAL NAS LATERAIS DAS PERNAS. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): 01 (01 ANO), 02 (02 ANOS), 03 (03 ANOS), 04 (04 ANOS), 06 (05-06 ANOS), 08 (07-08 ANOS).</p>
35	1912 600 UNIDADE FORTUNA DE MINAS	<p>SHORT SAIA INFANTIL EM HELANCA COM ELÁSTICO NA CINTURA, 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 250 G/M². CÓS COM ELÁSTICO DE ALTA PERFORMANCE, COM LARGURA MÍNIMA DE 30MM, COMPOSTO POR POLIÉSTER E ELASTODIENO, COM EXCELENTE MEMÓRIA ELÁSTICA E RESISTÊNCIA A SUCESSIVAS LAVAGENS. O ELÁSTICO DEVE SER APLICADO COM COSTURA REFORÇADA EM MÁQUINA GALONEIRA, ELASTIQUEIRA OU SIMILAR, GARANTINDO TENSIONAMENTO UNIFORME E EVITANDO O ENROLAMENTO DO ELÁSTICO NO INTERIOR DO CÓS. COR DO SHORT SAIA: CINZA ELEFANTE COM 01 VIES CHATO EM TECIDO POLIESTER, NA COR AZUL MARINHO, COM 1CM DE LARGURA, APLICADO NO SENTIDO LONGITUDINAL NAS LATERAIS DAS PERNAS. SAIA: FECHAMENTOS DAS LATERAIS COM LINHA 100% POLIÉSTER TITULAGEM 120 PARA REFORÇO. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): 01 (01 ANO), 02 (02 ANOS), 03 (03 ANOS)</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			ANOS), 04 (04 ANOS), 06 (05-06 ANOS), 08 (07-08 ANOS).
36	600	UNIDADE	CALÇA INFANTIL EM HELANCA COM ELÁSTICO NA CINTURA , 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 250 G/M ² . CÓS COM ELÁSTICO DE ALTA PERFORMANCE, COM LARGURA MÍNIMA DE 30MM, COMPOSTO POR POLIÉSTER E ELASTODIENO, COM EXCELENTE MEMÓRIA ELÁSTICA E RESISTÊNCIA A SUCESSIVAS LAVAGENS. O ELÁSTICO DEVE SER APLICADO COM COSTURA REFORÇADA EM MÁQUINA GALONEIRA, ELASTIQUEIRA OU SIMILAR, GARANTINDO TENSIONAMENTO UNIFORME E EVITANDO O ENROLAMENTO DO ELÁSTICO NO INTERIOR DO CÓS. COR DA CALÇA: CINZA ELEFANTE OU VERDE BANDEIRA, COM 01 VIÉS CHATO EM TECIDO POLIÉSTER, NA COR AZUL MARINHO, COM 1CM DE LARGURA, APLICADO NO SENTIDO LONGITUDINAL NAS LATERAIS DAS PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): 01 (01 ANO), 02 (02 ANOS), 03 (03 ANOS), 04 (04 ANOS), 06 (05-06 ANOS), 08 (07-08 ANOS).
37	800	UNIDADE	CALÇA JUVENIL EM HELANCA COM ELÁSTICO NA CINTURA , 100% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 250 G/M ² . CÓS COM ELÁSTICO DE ALTA PERFORMANCE, COM LARGURA MÍNIMA DE 30MM, COMPOSTO POR POLIÉSTER E ELASTODIENO, COM EXCELENTE MEMÓRIA ELÁSTICA E RESISTÊNCIA A SUCESSIVAS LAVAGENS. O ELÁSTICO DEVE SER APLICADO COM COSTURA REFORÇADA EM MÁQUINA GALONEIRA, ELASTIQUEIRA OU SIMILAR, GARANTINDO TENSIONAMENTO UNIFORME E EVITANDO O ENROLAMENTO DO ELÁSTICO NO INTERIOR DO CÓS. COR DA CALÇA: CINZA ELEFANTE OU VERDE BANDEIRA, COM 01 VIÉS CHATO EM TECIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

		<p>POLIÉSTER, NA COR AZUL MARINHO, COM 1CM DE LARGURA, APLICADO NO SENTIDO LONGITUDINAL NAS LATERAIS DAS PERNAS. COR E TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINtes TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): PP (34), P (36), M(38), G(40), GG (42) E XG(44).</p>
38	400	<p>JAQUETA/BLUSA DE FRIO/CASACO INFANTIL. NA COR VERDE BANDEIRA CONFECCIONADA EM MOLETOM, 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 300 G/M², MANGA LONGA. ACABAMENTO INTERNO: PELUCIADO (FLANELADO). ACABAMENTO EXTERNO: ANTIPILLING, GOLA ALTA NA COR CINZA ELEFANTE, ZIPER FRONTAL DA BARRA ATÉ A GOLA NA COR CINZA, BOLSO EMBUTIDO NAS LATERAIS COM O MESMO TECIDO DO CORPO DETALHE NA COR CINZA ELEFANTE, PUNHO E BARRA DAS MANGAS E DO CORPO DA CAMISA NA COR CINZA ELEFANTE, CONFECCIONADO EM MALHA RIBANA COM NO MINIMO 6CM DE LARGURA. COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL DO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS NA PARTE ESQUERDA NA ALTURA DO PEITO. ESCRITA COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO “CONHECIMENTO É PODER”. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINtes TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): 01 (01 ANO), 02 (02 ANOS), 03 (03</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			ANOS), 04 (04 ANOS), 06 (05-06 ANOS), 08 (07-08 ANOS).
39	400	UNIDADE	JAQUETA/BLUSA DE FRIO/CASACO JUVENIL. NA COR VERDE BANDEIRA CONFECCIONADA EM MOLETOM PELUCIADO, 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER, GRAMATURA MÍNIMA DE 300 G/M ² , MANGA LONGA, GOLA ALTA NA COR CINZA ELEFANTE, ZIPER FRONTAL DA BARRA ATÉ A GOLA NA COR CINZA, BOLSO EMBUTIDO NAS LATERAIS COM O MESMO TECIDO DO CORPO DETALHE NA COR CINZA ELEFANTE, PUNHO E BARRA DAS MANGAS E DO CORPO DA CAMISA NA COR CINZA ELEFANTE, CONFECCIONADO EM MALHA RIBANA COM NO MÍNIMO 6CM DE LARGURA. COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL DO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS NA PARTE ESQUERDA NA ALTURA DO PEITO. ESCRITA COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO “CONHECIMENTO É PODER”. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): PP (34), P (36), M(38), G(40), GG (42) E XG(44).
40	800	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA INFANTIL, (CONFECCIONADO EM MALHA PV POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR AZUL MARINHO, DECOTE EM V NA GOLA NA COR CINZA ELEFANTE, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA 100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO. NA PARTE FRONTAL DA CAMISA A ESCRITA COM A FRASE: REDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO “CONHECIMENTO É PODER”. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): 01 (01 ANO), 02 (02 ANOS), 03 (03 ANOS), 04 (04 ANOS), 06 (05-06 ANOS), 08 (07-08 ANOS).
41	1.000	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA JUVENIL , (CONFECCIONADO EM MALHA PV POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR AZUL MARINHO, DECOTE EM V NA GOLA NA COR CINZA ELEFANTE, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA 100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO. NA PARTE FRONTAL DA CAMISA A ESCRITA COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO “CONHECIMENTO É PODER”. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): PP (34), P (36), M(38), G(40), GG (42) E XG(44).
42	150	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA ADULTO , (CONFECCIONADO EM MALHA PV POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR CINZA ELEFANTE, GOLA POLO NA COR AZUL MARINHO, PUNHO NAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			MANGAS DE COR AZUL MARINHO, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR AZUL MARINHO VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E NA PARTE DE BAIXO DA LOGAMARCA DA BANDEIRA DE FORTUNA DE MINAS COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SILCADA DO LADO DIREITO NA ALTURA DO PEITO: MOTORISTA/MONITOR/PROFESSOR/SERVIÇO ESCOLAR. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTES TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
43	30	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA ADULTO, (CONFECCIONADO EM MALHA PV POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR CINZA ELEFANTE, GOLA POLO NA COR AZUL MARINHO, PUNHO NAS MANGAS DE COR AZUL MARINHO, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR AZUL MARINHO VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E NA PARTE DE BAIXO DA LOGAMARCA DA BANDEIRA DE FORTUNA DE MINAS COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. SILCADA DO LADO DIREITO NA ALTURA DO PEITO: MOTORISTA/MONITOR/PROFESSOR/SERVIÇO ESCOLAR. TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS NO ATO DA COMPRA. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

			TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).
44	200	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA ADULTO, (CONFECCIONADO EM POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR AZUL MARINHO, DECOTE EM V NA GOLA NA COR CINZA ELEFANTE, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO. NA PARTE FRONTAL DA CAMISA A ESCRITA COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ACABAMENTO EM COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTESS TAMANHOS (1 DE CADA TAMANHO): P (36/38), M (40/42), G (44/46) E GG (48/50).
45	40	UNIDADE	CAMISA DE MANGA CURTA ADULTO, (CONFECCIONADO EM POLIVISCOSE). 67% PÓLIESTER E 33% VISCOSE, GRAMATURA MÍNIMA DE 170G/M ² ANTIPILLING. NA COR AZUL MARINHO, DECOTE EM V NA GOLA NA COR CINZA ELEFANTE, MEDINDO 2CM CONFECCIONADA EM TECIDO DE MALHA RIBANA100% POLIÉSTER, COM COSTURAS 100% OVERLOCADAS, COM DETALHE ONDULADO NA COR CINZA ELEFANTE VERTICAL AO LADO DIREITO. SILCADA COM O BRASÃO DE FORTUNA DE MINAS AO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO. NA PARTE FRONTAL DA CAMISA A ESCRITA COM A FRASE: REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. ACABAMENTO EM



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

		<p>COSTURA DUPLA OU TRIPLA. CADA PEÇA FORNECIDA DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DE TAMANHO ATRAVÉS DE ETIQUETA INTERNA FIXADA DE FORMA A NÃO CAUSAR DESCONFORTO. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DOS TAMANHOS DO ITEM FABRICADAS NOS SEGUINTE TAMANHOS (1 DE CADA Tamanho): XG (52/54), XGG (56/58) E XXGG (60/62).</p>
--	--	--

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.2.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A uniformização cumpre o papel essencial de identificação visual imediata. Para a rede municipal de ensino, garante que os alunos sejam reconhecidos dentro e fora do ambiente escolar, aumentando a segurança em trajetos e eventos externos. Para a população, a identificação dos servidores por meio do uniforme confere legitimidade ao atendimento, evitando a ação de impostores e garantindo que o cidadão saiba exatamente a quem recorrer em repartições ou obras públicas.

2.2. A adoção de vestuário padronizado elimina disparidades estéticas no ambiente corporativo e evita o uso de roupas inadequadas ao exercício da função. O uniforme transmite os valores de organização, credibilidade e zelo da Prefeitura de Fortuna de Minas perante a comunidade.

2.3. A distribuição de uniformes atua como uma medida de apoio econômico, uma vez que:

- Para o Servidor: Suspende gastos pessoais com vestimentas de trabalho, preservando sua renda.
- Para o Aluno: Promove a igualdade social no ambiente escolar, mitigando distinções baseadas no poder aquisitivo.

2.4. A aquisição de itens específicos para campanhas (Janeiro Branco, Outubro Rosa, Novembro Azul, PROERD, etc.) utiliza o servidor e o aluno como agentes multiplicadores de informação. O uniforme, nestes casos, deixa de ser apenas vestuário e passa a ser uma ferramenta de comunicação móvel e eficaz para a saúde pública e assistência social.

3. JUSTIFICATIVA PARA JULGAMENTO POR LOTES

3.1. A opção pelo julgamento por Lotes (Agrupamento de Itens) fundamenta-se nos princípios da eficiência, da competitividade e da padronização, conforme detalhado abaixo:

3.1.1. A divisão por lotes respeita a segmentação do mercado têxtil. O mercado de uniformes



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

escolares possui características de produção e matérias-primas distintas do mercado de EPIs e uniformes operacionais (brim e tecidos técnicos). Ao agrupar os itens por afinidade, o Município atrai empresas especializadas para cada segmento, garantindo melhores preços e qualidade superior, evitando que uma empresa de vestuário comum tente fornecer itens técnicos (como camisas com proteção UV) sem a devida especialização.

3.1.2. O agrupamento garante que todas as peças de um mesmo grupo (ex: Lote Administrativo) sejam confeccionadas com o mesmo lote de tecido e a mesma tonalidade de tinta. Caso o julgamento fosse por item, o Município correria o risco de ter a calça fornecida por uma empresa e a camisa por outra, resultando em variações de cores e tecidos que comprometeriam a padronização e a identidade institucional pretendida, bem como correria o risco de receber um uniforme incompleto, como por exemplo, receber a bermuda escolar sem a camisa, com a contratação por lote essa possibilidade se anula.

3.1.3. A gestão de contratos por lotes simplifica a fiscalização e a entrega. O Município centraliza a interlocução de cada grupo de secretaria com um único fornecedor responsável por todo o conjunto (ex: o conjunto completo da Escolinha de Futebol), facilitando a conferência da grade de tamanhos e eventuais trocas.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS DO OBJETO

4.1. DAS PERSONALIZAÇÕES

4.1.1. Para assegurar a durabilidade da identificação visual e a resistência ao desbotamento decorrente de lavagens sucessivas e exposição solar, as personalizações deverão seguir os critérios abaixo:

4.1.1.1. Silk-Screen (Serigrafia) com Tinta Plastisol ou Hidrocril: deve-se utilizar tintas de alta cobertura e elasticidade. O processo deve incluir cura em estufa para evitar que a estampa "rache" ou descasque com o uso.

4.1.1.2. Sublimação Digital: estampa realizada via sublimação térmica de forma que o corante penetre na fibra do tecido, resultando em "toque zero" e impossibilitando o desbotamento, ideal para artes coloridas.

4.1.1.3. Bordado Computadorizado (Identificação Institucional): bordado em alta definição com linha de poliéster brilhante. O avesso do bordado deve receber acabamento com entretela de proteção para não causar irritação na pele do usuário.

4.1.1.4. Fidelidade de Cores: As cores aplicadas devem seguir rigorosamente o Manual de Identidade Visual do Município de Fortuna de Minas e as cores temáticas das campanhas (Ex: Rosa Pantone específico para o Outubro Rosa), quando for o caso, não sendo admitidas variações cromáticas que descaracterizem a finalidade pública da vestimenta.

4.2. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PARA VERIFICAÇÃO DE GRADE (TAMANHOS)

4.2.1. A licitante vencedora deverá fornecer, obrigatoriamente, um Kit de Prova (Grade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

Tamanhos) antes de iniciar a produção em larga escala. O objetivo exclusivo desta exigência é garantir que a modelagem da empresa seja compatível com a necessidade real dos usuários, evitando devoluções por tamanhos incompatíveis.

4.2.2. O Kit deverá contemplar uma peça de cada tamanho disponível na grade contratada (exemplo: do tamanho 04 ao 16 para infantil, e do P ao EXG para adulto), para cada tipo de vestuário principal.

4.2.3. As amostras ficarão sob a guarda da Secretaria solicitante (Educação, Saúde, Obras, etc.).

4.2.4. Durante este período, o Município realizará a medição ou prova física em servidores e alunos designados, visando confirmar se a modelagem segue o padrão de mercado (ABNT) ou se apresenta variações que exijam ajuste nas quantidades solicitadas por tamanho.

4.2.5. Caso a grade de tamanhos apresentada pela empresa seja considerada "pequena" ou "fora do padrão", a licitante deverá registrar as medidas oficiais (tabela de medidas) que serão utilizadas na confecção, para que o Município ajuste a sua lista de pedidos conforme a realidade da modelagem do fornecedor.

4.2.6. A produção final deverá seguir rigorosamente os tamanhos validados durante esta etapa de verificação.

4.2.7. As amostras de tamanho poderão ser devolvidas à empresa após a conferência e recebimento definitivo dos pedidos.

4.2.8. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

4.3. DA RESISTÊNCIA E ACABAMENTO DAS COSTURAS

4.3.1. Todas as peças, independentemente do lote, deverão apresentar acabamento de alta resistência, observando-se as seguintes exigências técnicas:

4.3.1.1. Costuras Reforçadas: As junções de maior tração (como ganchos de calças, cavas de braços, ombros e laterais) deverão ser executadas com costura dupla ou tripla, utilizando maquinário tipo bitola, interloque de 5 fios, ponto cadeia ou similar, garantindo que não haja rompimento ou desfiamento do tecido sob esforço.

4.3.1.2. Arremate de Segurança: Todas as extremidades de costuras devem possuir retrocesso (arremate) para evitar que as linhas se soltem após as lavagens ou uso contínuo.

4.3.1.3. Linhas de Alta Qualidade: Devem ser utilizadas linhas e fios de composição compatível com o tecido com cores rigorosamente iguais à tonalidade do tecido, sem apresentar nós, falhas ou sobras de linha no acabamento final.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

4.3.1.4. Elasticidade (Para malhas): Nas peças de malha, as costuras de gola e barra devem ser feitas em máquina galoneira ou similar, permitindo a elasticidade necessária para vestir sem romper os pontos.

4.4. TRATAMENTO ANTIPILLING E QUALIDADE DAS FIBRAS

4.4.1. Todas as peças constantes neste edital, cujas composições têxteis sejam suscetíveis à formação de fibras soltas e aglomerações (bolinhas), deverão obrigatoriamente possuir acabamento Antipilling, especialmente aos itens de Moletom, Malhas PV e Malhas de Algodão.

4.4.2. O tratamento deve garantir a resistência ao atrito e à lavagem, mantendo a superfície do tecido lisa, íntegra e sem o surgimento de "pilling" durante a vida útil estimada do uniforme, preservando a estética e o profissionalismo da identificação institucional.

4.4.3. Para os tecidos de malha, a contratada deverá priorizar o uso de Fio Penteado ou Fio Vortex, que possuem fibras mais longas e resistentes, reduzindo naturalmente a propensão ao pilling.

4.4.4. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, realizar testes de fricção nas peças entregues. A constatação de formação excessiva de bolinhas em curto período de uso será considerada descumprimento de especificação técnica, sujeitando a empresa à substituição imediata das peças e às sanções contratuais cabíveis.

4.5. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELAS ARTES:

4.5.1. A Administração Municipal fornecerá os logotipos, brasões e artes das campanhas em formato digital (geralmente em PDF, PNG ou JPEG). Ficará a cargo da Licitante Vencedora a responsabilidade exclusiva de realizar o tratamento gráfico necessário (vetorização, separação de cores, ajustes de escala e criação de matrizes de bordado) para que a aplicação nos uniformes seja executada com máxima nitidez e fidelidade.

4.5.2. Antes do início de qualquer produção ou aplicação de estampa/bordado, a Contratada deverá enviar ao Município um Layout Digital (Prova Virtual) de cada item.

4.5.2.1. Este arquivo deverá demonstrar o posicionamento exato da arte na peça, as dimensões (em centímetros) e as cores que serão utilizadas.

4.5.3. A produção só poderá ser iniciada após a aprovação formal (por e-mail ou documento impresso) por servidor responsável pela secretaria requisitante.

4.5.4. O tratamento da arte pela licitante deve garantir a reprodução fiel das cores institucionais do Município e das campanhas específicas (ex: tons exatos de Rosa para Outubro Rosa e Azul para Novembro Azul), utilizando escalas de referência (como Pantone ou CMYK) para evitar distorções de tonalidade entre diferentes lotes.

4.5.5. Todos os custos decorrentes da criação de telas de silk-screen, matrizes de bordado ou ajustes de arquivos para sublimação já deverão estar inclusos no preço unitário dos itens, não



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

cabendo qualquer cobrança adicional ao Município.

5. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO:

5.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

5.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

5.1.2. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

5.2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

5.3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

5.3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

5.3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

5.3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

5.3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 5.2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

5.3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

5.3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

5.3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

6.1. A contratação, conforme quantidades e descrições nos itens descritos na tabela acima são para atender a necessidade de aquisição dos itens para atender a demanda das Secretarias Municipais de Fortuna de Minas, considerando a especificidade e necessidade de cada uma e dos projetos ou ações realizadas no âmbito do Município de Fortuna de Minas.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. Contratação fundamentada nos pressupostos nos incisos XLI e XLV do Art. 6º, inciso I do art. 28, Art. 29 e Art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar toda a documentação necessária à habilitação.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

8.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na definição de MATERIAIS caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

9.1 O orçamento estimado da contratação será divulgado após o julgamento das propostas de preços, visando estimular a competitividade e viabilizar a negociação de maneira mais natural, em consonância com o interesse público e em conformidade com o artigo 4º, parágrafo 9º, do Decreto nº 1007 de 08 de fevereiro de 2024.

9.1.1. Nesse sentido já se manifestou o TCU:

“No caso, a Administração **não divulgou a planilha e contratou com preços inferiores em 50% a esta**”. (Fonte: TCU. Processo nº 500.117/96-9. Decisão nº 097/1997- Plenário)” (grifo nosso)

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias nº 02.02.01.04.331.0401.2107.3.3.90.30.00, 02.04.01.08.244.0801.2107.3.3.90.30.00, 02.05.03.10.301.1003.2107.3.3.90.30.00, 02.06.01.12.361.1202.2164.3.3.90.32.00, 02.06.01.12.365.1204.2164.3.3.90.32.00, 02.09.01.15.122.1501.2107.3.3.90.30.00 e 02.08.01.27.122.2701.2107.3.3.90.30.00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

10.2. Por se tratar de licitação para REGISTRO DE PREÇOS, poderão ser incluídas novas dotações orçamentárias a serem verificadas no momento da contratação.

11. DOS EFEITOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. Busca-se com a contratação do objeto atender a necessidade de aquisição de uniformes para atender a demanda das secretarias municipais de Fortuna de Minas, considerando a especificidade e necessidade de cada setor.

12. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a data em que foram entregues os produtos, em moeda corrente nacional, mediante o recebimento da nota fiscal correspondente e a efetiva entrega dos produtos.

13. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPO

13.1. A licitante vencedora deverá fornecer obrigatoriamente, um Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços, antes de iniciar a produção em larga escala.

13.1.1. A entrega desse kit deverá ser efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

13.1.2. O objetivo exclusivo desta exigência é garantir que a modelagem da empresa seja compatível com a necessidade real dos usuários, evitando devoluções por tamanhos incompatíveis.

13.1.3. O Kit deverá contemplar uma peça de cada tamanho disponível na grade contratada (exemplo: do tamanho 04 ao 16 para infantil, e do P ao EXG para adulto), para cada tipo de vestuário principal.

14. RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

14.1. Realizar as entregas de acordo com as especificações exigidas no Edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida na contratação.

14.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ata.

14.3. A CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA se obriga a substituir, às suas expensas, aqueles produtos que por qualquer falha ou defeito vierem a ser recusados pelo CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

14.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, quaisquer danos em razão de defeitos de fábrica, durante o período de garantia do produto, causados a terceiros ou à Administração.

14.5. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, contatos, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

14.6. Indenizar terceiros e/ou o Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

14.7. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento.

14.8. As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) nas quantidades estimadas.

14.9. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

14.10. Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

14.11. Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência.

14.12. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.13. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR.

14.14. Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as demais condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

14.15. Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

14.16. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. A CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

14.17.1. Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas nesta Contratação;

14.17.2. Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia na entrega dos produtos solicitados;

14.17.3. Pelo pagamento de quaisquer tributos, multas ou quaisquer ônus oriundos desta contratação, pelos quais sejam ela responsável, principalmente os de natureza fiscal, social e trabalhista.

14.18. Arcar com todos os componentes de despesas de qualquer natureza, custos diretos e indiretos relacionados como salários, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários e sociais, e os demais impostos incidentes ao objeto, custo com deslocamento, hospedagem, alimentação, combustíveis, frete, taxas e outras despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão do objeto contratação, dentre outras julgadas necessárias, quando for o caso.

14.19. Cumprir o objeto da contratação em estrita observância das condições previstas no edital e seus anexos e na proposta.

14.20. Entregar os quantitativos dos produtos solicitados em cada Nota de Autorização de Fornecimento recebida durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.21. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

14.22. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

14.23. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

14.23.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

14.23.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

14.23.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

14.23.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 14.22.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

14.23.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

14.23.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

14.23.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

14.24. Para os produtos que possuem em sua embalagem a descrição do prazo de validade a licitante deverá observar no momento da entrega:

14.24.1. Se o prazo de validade do produto é igual ou superior a 12 (doze) meses, deverá ser entregue com validade de no mínimo 06 (seis) meses;

14.24.2. Se o prazo de validade do produto for inferior a 12 (doze) meses, deverá ser entregue com validade em meses ou dias correspondente ao mínimo de 50% do prazo de validade total. Exemplo: produto com validade total de 8 (oito) meses – deverá ser entregue com validade de no mínimo 4 (quatro) meses; se o produto possui validade total de 2 (dois) meses, deverá ser entregue com validade de no mínimo 1 (um) mês; e se o produto possui validade total de 30 (trinta) dias, deverá ser entregue com validade de no mínimo 15 (quinze) dias.

14.25. Atender todos os pedidos efetuados/recebidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

14.26. Entregar os produtos da mesma MARCA/MODELO ofertados na proposta, sob pena de devolução/troca do produto sem prejuízos para a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, com exceção para os produtos que não possuem marca.

14.27. A CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA deverá informar na Nota Fiscal (NF) em campo específico ou em campo para indicação de informações complementares, o seu regime de tributação e o enquadramento legal a que está sujeita.

14.28. A CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA fica obrigada a discriminar na Nota Fiscal (NF) as retenções na fonte de Imposto de Renda (IR) e dos demais tributos incidentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

(federais, estaduais ou municipais), quando legalmente exigidas, sobre os valores faturados em virtude do fornecimento de bens ou da prestação de serviços, incluindo obras e serviços de engenharia.

14.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na Nota Fiscal (NF), no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.28.2. A CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.28.3. No valor proposto pela CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14.29. Assumir inteira responsabilidade administrativa, civil e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais que possa advir direta ou indiretamente ao Município, ou ainda a Terceiros, por ela causados ou por seu preposto ou seus empregados, no cumprimento do instrumento contratual;

14.29.1. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

15. RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE

15.1. Proporcionar ao contratado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, consoante estabelece a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.2. Acompanhar e fiscalizar a execução e o cumprimento do objeto da presente contratação, por meio de um representante da secretaria requisitante, bem como pelo gestor e fiscal do contrato;

15.3. Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

15.4. Notificar à Contratada, sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-lo;

15.5. Emitir Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço ou outro documento equivalente, bem como providenciar o empenhamento da despesa;

15.6. Responsabilizar pela fiscalização, conferência e acompanhamento da execução do objeto por meio de indicação de um servidor designado para o acompanhamento do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- 15.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da Contratada, em relação ao objeto;
- 15.8. Rejeitar no todo ou em parte o objeto em desconformidade com as especificações do objeto;
- 15.9. Ordenar as correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições que se fizerem necessárias;
- 15.10. Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, de acordo com as leis que regem a matéria.
- 15.11. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias após a data em que foram fornecidos os produtos, em moeda corrente nacional, mediante o recebimento da nota fiscal correspondente e a efetiva entrega dos produtos.
- 15.12. O CONTRATANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR deverá efetuar as retenções na fonte de Imposto de Renda (IR) e dos demais tributos incidentes (federais, estaduais ou municipais), quando legalmente exigidas, sobre os pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas em virtude do fornecimento de bens ou da prestação de serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, mesmo que a CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, não tenha discriminado os mesmos na Nota Fiscal (NF).

16. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.
 - 16.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.
 - 16.1.2. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).
- 16.2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).
- 16.3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

16.3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

16.3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

16.3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

16.3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 16.2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

16.3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

16.3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

16.4. A licitante vencedora deverá Atender todos os pedidos efetuados/recebidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

16.5. O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

16.6. As dúvidas/esclarecimentos sobre o objeto podem ser enviadas ao e-mail administracao@fortunademinas.mg.gov.br e compras@fortunademinas.mg.gov.br.

16.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento de formalização de demanda e na proposta.

16.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Documento de Formalização de Demanda e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dia, a contar da notificação da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/serviços e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto/contrato.

16.12. Concluída a entrega, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pela Comissão de Recebimento.

16.13. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

17. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

17.1. A contratação se dará por meio de critério de julgamento do **MENOR PREÇO POR LOTE**.

17.2. **Com exceção do lote 07 (itens 34 a 45)**, todos os itens/lotes são destinados **EXCLUSIVAMENTE** para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

17.3. No preço proposto pelo licitante, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

17.4. O licitante deverá apresentar obrigatoriamente a MARCA dos produtos ofertados em sua proposta sob pena de desclassificação, com exceção para os produtos que não possuem marca.

18. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE ME, MEI E EPP LOCAL OU REGIONAL

18.1. As licitantes na condição de ME, MEI ou EPP sediadas local ou regionalmente, com proposta apresentada em valor até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, terão **PREFERÊNCIA** em relação às demais licitantes e será declarada vencedora, nos termos do art. 48, §3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

18.1.1. Será considerada ME, MEI ou EPP LOCAL, aquelas sediadas no Município de Fortuna de Minas.

18.1.2. Será considerada ME, MEI ou EPP REGIONAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

a) Aquelas sediadas nos Municípios integrantes da Comarca de Sete Lagoas, conforme consulta no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG: Baldim, Cachoeira da Prata, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jequitibá, Santana de Pirapama e Sete Lagoas.

18.1.3. A prioridade de contratação de ME, MEI e EPP local ou regional se justifica na necessidade de incentivar e fomentar empresas que atuam no do ramo do objeto da presente contratação em âmbito local e regional, garantindo a circulação de renda e aumento de oportunidades de empregos e em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a obrigação de concessão “tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica”.

19. RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. Gestor do contrato: Rodolfo Mascarenhas Lanza - Secretário Municipal de Administração.

19.2. Fiscal do contrato: Luana Paulina de Carvalho Ribeiro- Subsecretária Municipal de Administração.

16. RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

1912 RODOLFO MASCARENHAS LANZA 1963
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
FORTUNA DE MINAS



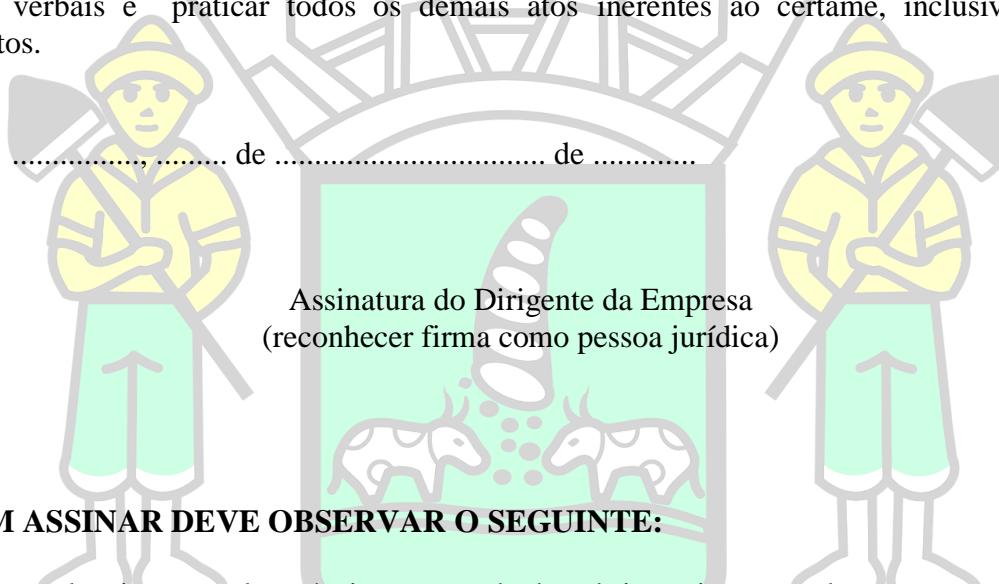
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO II AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Mediante o presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, na modalidade Pregão Eletrônico, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.



QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO III AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus anexos, conforme abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG, conforme especificações constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (expresso em algarismos e por extenso): _____

(no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO:

1. Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

1.2. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

Razão Social da Licitante:	
CNPJ:	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone/fax:	
Representante Legal:	

_____, ____ de ____ de ____.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Nome: _____

Nº Cédula de Identidade: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO IV AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

1912

1963

FORTUNA DE MINAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO V AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....
(data)

.....
(representante legal)

1912

FORTUNA DE MINAS

1963



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO VI AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....
(data)

.....
(representante legal)

1912

1963

FORTUNA DE MINAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO VII AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/_____ PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

Aos ____() dias do mês de _____ de _____, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, O **MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS**, CNPJ Nº 18.116.145/0001-18, com sede na Avenida Renato Azeredo, nº 210, no Bairro Centro, na cidade de Fortuna de Minas, estado de Minas Gerais, CEP: 35.760-000, a seguir denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Claudio Garcia Maciel**, nos termos do art. 82 da Lei Federal 14.133/2021, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, por deliberação da Pregoeira Oficial ou Substituto designada pela Portaria nº 172 de 04 de setembro de 2025, conforme Processo Licitatório nº 10/2026, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.007, de 08 de Fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 1.011, de 21 de Fevereiro de 2024 e Decreto Municipal nº 1.017, de 08 de Março de 2024, **RESOLVE** registrar os preços para os serviços desta ata, **BENEFICIÁRIO** _____, localizado na rua _____, nº _____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____ e mediante as seguintes cláusulas e condições:

01 – DO OBJETO

- O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG**, conforme especificado no ANEXO I - Termo de Referência e abaixo descrito:

ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, permitida a prorrogação por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

II - Nos termos do Art. 83 da Lei Federal 14.133/2021, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os serviços nela registrados.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026.

II - Em cada serviço decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026, que integra o presente instrumento de compromisso.

III - Em cada serviço, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 – PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO:

I - Após a assinatura da ata de registro de preços, os pedidos serão realizados de forma parcelada, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

I.I - O prazo de vigência da Ata de Registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

I.II - Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

II - A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

III - A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

III.I - Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

III.II - A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

III.III - Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

III.IV - O atraso na entrega do Kit de Grade (item 2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

III.V - A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

III.VI - Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

III.VII - Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

IV – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto/contrato.

V – A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

06 - DO PAGAMENTO

I. Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

II. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I – Termo de referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

III. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

IV. O contratante pagará ao contratado, a importância devida em até 30 (trinta) dias, contados da data em que ocorrer a liquidação da despesa, em moeda corrente nacional.

V. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

VI. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

VII. O valor a ser pago, terá como base a nota fiscal dos itens fornecidos pela licitante vencedora que deverá ser aprovado pelo gestor e fiscal dos recursos da secretaria requisitante.

VIII. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade.

X. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação.

XI. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

XII. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX / 100)$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

II - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo de 10 (dez) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

VI - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

VII - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo e supressão de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

VIII - Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

IX - Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

X. Cumprir todas as obrigações previstas no Edital e seus Anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência.

08 - DAS PENALIDADES

8.1. In corre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto de nº 935 de 07 de novembro de 2022, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registo de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexequível com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
 - I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XXVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

8.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto nº 935 de 07 de Novembro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

8.4 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA

I - Comunicar ao **MUNICÍPIO**, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo **MUNICÍPIO**;

II - Acatar as orientações do **MUNICÍPIO**, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

III - Responder por danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

IV - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**. A inadimplência da **EMPRESA DETENTORA DA ATA**, referente a esses encargos, não transfere à **MUNICÍPIO** responsabilidade por seu pagamento;

V - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o **MUNICÍPIO**;

VI - Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa do **MUNICÍPIO**, sob pena de rescisão unilateral da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**;

VII - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

VIII - Realizar a execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos.

IX - Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes desta contratação.

X - Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

XI - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria,



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

XII - Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

XIII - Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

XIV - É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

XV - Fornecer ao MUNICÍPIO a nota fiscal para pagamento, cobrando apenas os itens efetivamente entregues;

XVI - Comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pela MUNICÍPIO;

XVII - Acatar as orientações do MUNICÍPIO, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

XVIII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da contratada, referente a esses encargos, não transfere à MUNICÍPIO responsabilidade por seu pagamento;

XIX - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o MUNICÍPIO;

XX - Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da MUNICÍPIO, sob pena de rescisão unilateral do contrato;

XXI - Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados, ao contratante e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho, em razão de ação ou omissão ou de quem em seu nome agir.

XXII - Apresentar, sempre que exigido pelo contratante, prova de quitação de todos os tributos, impostos, taxas e quaisquer encargos incidentes direta ou indiretamente, sobre a prestação dos serviços contratados.

XXIII - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, cujas reclamações referentes à execução do contrato se obriga prontamente a atender.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

XXIV - Serão de inteira e total responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes da prestação de serviços objeto da presente contratação, inclusive salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão de cartões ou vales eventualmente processados por necessidades, encargos sociais e outras necessárias, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao contratante, ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

XXV - Relatar ao contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações e solicitações se obriga prontamente a atender.

XXVI - Usar somente material e mão de obra de boa qualidade para a execução dos serviços.

XXVII - Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada.

XXVIII - Responsabilizar-se pela empresa subcontratada, se for o caso, para a execução do objeto da contratação.

XXIX - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

XXX - Refazer, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

XXXI - Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto/execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

XXXII - Promover a execução do objeto, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos.

XXXIII - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

XXXIV – Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

XXXV - Cumprir com todas as obrigações previstas no edital e Termo de Referência do presente processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

10 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I – Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

II – Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

III – A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes.

II – A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140 II, a e b da Lei Federal 14.133/21.

12 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

- A – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- B – a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviço, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- C – a detentora der causa à rescisão administrativa da ARP decorrente de registro de preços;
- D – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da ARP decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- E – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- F – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 117, § 2º I a IV da Lei 14.133/2021.

A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

II – Ocorrendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços pelos motivos constantes nas letras “A” a “D” do item I, é facultado à administração:

- a) convocar os demais licitantes integrantes do cadastro reserva para que manifestem interesse em assumir o remanescente do objeto, pelo preço registrado na ata cancelada.
- b) Na hipótese de não haver cadastro de reserva é facultado à Administração Municipal:
 - b.1) convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para negociação do valor;
 - b.2) sendo o valor negociado igual ou inferior ao orçamento atualizado, fixar prazo para apresentação dos documentos de habilitação, na forma da cláusula 7 do edital;
 - b.3) assinar nova ARP, estando a licitante habilitada.

13 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

14 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária nº 02.02.01.04.331.0401.2107.3.3.90.30.00, 02.04.01.08.244.0801.2107.3.3.90.30.00, 02.05.03.10.301.1003.2107.3.3.90.30.00, 02.06.01.12.361.1202.2164.3.3.90.32.00, 02.06.01.12.365.1204.2164.3.3.90.32.00, 02.06.01.12.365.1203.2164.3.3.90.32.00, 02.09.01.15.122.1501.2107.3.3.90.30.00 e 02.08.01.27.122.2701.2107.3.3.90.30.00.

II - Por se tratar de licitação para REGISTRO DE PREÇOS, poderão ser incluídas novas dotações orçamentárias no momento da contratação.

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram esta Ata, o edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

II - Fica eleito o foro da Comarca de Sete Lagoas para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Fortuna de Minas/MG, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS
ÓRGÃO GERENCIADOR

BENEFICIÁRIA

Testemunhas: _____

CPF nº:

CPF nº





PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO VIII AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO Nº 0 ____/2025 QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, ____.

O MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS, CNPJ Nº 18.116.145/0001-18, com sede na Avenida Renato Azeredo, nº 210, no Bairro Centro, na cidade de Fortuna de Minas, estado de Minas Gerais, CEP: 35.760-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Claudio Garcia Maciel**; e a _____, CNPJ Nº....., com sede na a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem firmar o presente contrato para **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG**, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 10/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.007, de 08 de Fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 1.011, de 21 de Fevereiro de 2024 e Decreto Municipal nº 1.017, de 08 de Março de 2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FORTUNA DE MINAS/MG**, conforme especificado no ANEXO I - Termo de Referência e abaixo descrito:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

ITEM	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.1. O valor do presente Contrato perfaz a quantia total estimada de R\$ _____, conforme valores constantes na proposta de preços apresentada pela PROMITENTE CONTRATADA no Pregão nº 02/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2.2. O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.

2.3. Em cada aquisição decorrente deste contrato, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 02/2026, que integra o presente instrumento de compromisso.

2.4. Em cada aquisição, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 02/2026 pela empresa contratada, as quais também a integram.

2.5. Em todos as aquisições o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

2.6. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I – Termo de referência;

2.7. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

2.8. A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.10. O preço referido contratado inclui todos os custos e benefícios decorrentes dos serviços/fornecimento dos produtos, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

2.11. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação de serviços/fornecimento dos produtos.

2.12. A contratada deverá discriminar em sua nota fiscal/fatura o nome da prestadora de serviços, e o número do documento fiscal, bem como a discriminação dos serviços prestados e peças adquiridas.

2.13. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

2.14. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.15. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será até 10 (dez) dias úteis contado a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.16. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.17. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentará de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Os produtos solicitados deverão ser entregues na sede da secretaria solicitante, todas localizadas no Centro do Município de Fortuna de Minas/MG. Os quantitativos de cada item estarão descritos na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

4.2. A licitante vencedora deverá fornecer o Kit de Grade (Amostras de Tamanho) de cada item, conforme previsto no Termo de Referência, em até 15 dias corridos após a assinatura da Ata de Registro de Preços que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas (Avenida Renato Azeredo, nº 210, Centro, Fortuna de Minas/MG – CEP: 35.760-000).

4.3. A entrega de cada pedido deverá ser realizada no prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, contados do recebimento da NAF, contendo especificações, quantitativos, tamanhos, cores e arte.

4.3.1. Em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da NAF, a licitante deverá enviar o Layout Digital (Prova Virtual) para aprovação.

4.3.2. A Administração terá até 03 (três) dias úteis para aprovação formal do Layout. Este prazo, somado ao do item 3.2, integra o prazo total de 40 dias, não sendo concedida prorrogação por atrasos na elaboração da arte, exceto se causados pela Administração.

4.3.3. Caso a NAF seja enviada sem as informações necessárias (artes ou especificações básicas), o prazo de entrega será contado a partir do recebimento das informações faltantes.

4.3.4. O atraso na entrega do Kit de Grade (item 2.) não suspende o cronograma das Notas de Autorização de Fornecimento enviadas. Caso a licitante não tenha entregue o Kit no prazo legal, a contagem dos 40 dias para entrega final dos produtos iniciará normalmente a partir do recebimento da NAF, sendo de inteira responsabilidade e risco da licitante qualquer atraso na produção decorrente da falta de definição de tamanhos por sua própria omissão.

4.3.5. A licitante deverá fornecer os produtos com prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega definitiva dos produtos.

4.3.6. Na ocorrência de atrasos ou infrações na execução do objeto, a Administração poderá aplicar as penalidades, advertências e sanções previstas no instrumento contratual, no edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.7. Cada peça fornecida pela licitante vencedora deverá conter identificação de tamanho através de etiqueta interna, em material macio e hipoalergênico, fixada de forma a não causar desconforto ao usuário e deverá estar embalada individualmente em plástico transparente.

4.4. A licitante vencedora deverá atender todos os pedidos efetuados/recebidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

4.5. O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o **MENOR PREÇO POR LOTE**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

4.6. As dúvidas/esclarecimentos sobre o objeto podem ser enviadas ao e-mail administracao@fortunademinas.mg.gov.br e compras@fortunademinas.mg.gov.br.

4.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto/contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento de formalização de demanda e na proposta.

4.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Documento de Formalização de Demanda e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dia, a contar da notificação da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/serviços e consequente aceitação mediante termo circunstaciado.

4.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA/BENEFICIÁRIA DA ATA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto/contrato.

4.12. Concluída a entrega, o recebimento do mesmo dar-se-á, através de vistoria conjunta realizada pela adjudicatária e pela Comissão de Recebimento.

4.13. A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa participante do certame, em nome da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

4.14. O recebimento do objeto será efetuado pelo setor requisitante, após a verificação do atendimento a todas as condições previstas no edital e anexos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

4.14. O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será a Secretaria de _____, observados os artigos 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

4.15. Na ocorrência de atrasos na execução do objeto o CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações das partes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

5.1.1. – DO CONTRATANTE:

I - Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Administração, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na prestação dos serviços ou fornecimento dos produtos.

II - Expedir, através da Secretaria Municipal de Administração, atestado de inspeção do serviço ou de fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.

III - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades necessárias;

IV - Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

V - Cumprir com todas as obrigações previstas no edital e Termo de Referência do presente processo.

5.1.2. – DA CONTRATADA:

I - Comunicar ao **MUNICÍPIO**, por escrito, qualquer anormalidade nos fornecimentos e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo **MUNICÍPIO**;

II - Acatar as orientações do **MUNICÍPIO**, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

III - Responder por danos causados diretamente ao **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

IV - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto. A inadimplência da **CONTRATADA**, referente a esses encargos, não transfere à **MUNICÍPIO** responsabilidade por seu pagamento;

V - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o **MUNICÍPIO**;

VI - Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuênciam prévia e expressa do **MUNICÍPIO**, sob pena de rescisão unilateral do **CONTRATO**;

VII - Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

VIII - Realizar a execução dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos.

IX - Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes desta contratação.

X - Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

XI - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

XII - Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

XIII - Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

XIV - É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

XV - Fornecer ao MUNICÍPIO a nota fiscal para pagamento, cobrando apenas os itens efetivamente entregues;

XVI - Comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pela secretaria requisitante;

XVII - Acatar as orientações do MUNICÍPIO, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

XVIII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da contratada, referente a esses encargos, não transfere ao MUNICÍPIO responsabilidade por seu pagamento;

XIX - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o MUNICÍPIO;

XX - Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

forma qualquer de ônus, sem anuênciâa prévia e expressa do MUNICÍPIO, sob pena de rescisão unilateral do contrato;

XXI - Cumprir fielmente este contrato responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, de modo que os serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

XXII - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quanto à execução dos serviços contratados.

XXIII - Observar conduta adequada objetivando a correta execução dos serviços.

XXIV - Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

XXV - Cumprir todas as obrigações previstas no Edital e seus Anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. - As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas dotações orçamentárias nº ____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. - O prazo de vigência deste contrato será até _____, contado da data de sua assinatura.

7.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1. - A contratante poderá extinguir o contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da contratada;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da contratada;
- c) o conhecimento de infrações à legislação trabalhista por parte da contratada;
- d) razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do Art. 137 da Lei Federal 14.133, de 2021; e) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- e) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 In corre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto de nº 935 de 07 de novembro de 2022, quais sejam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;
- XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:
 - a) registro de ponto;
 - b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - c) comprovante de depósito do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:
I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

V - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XXVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

- a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

- a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

- a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;
- b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.3. Na aplicação das sanções será observado Decreto nº 935 de 07 de Novembro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

9.4 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. - O regime de execução do presente contrato é **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

11.1. - Fica eleito o foro da comarca de Sete Lagoas para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Fortuna de Minas/MG, ____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: _____
CPF nº: _____

CPF nº

1912

1963

FORTUNA DE MINAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA DE MINAS

ANEXO IX AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 10/2026

DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA para todos os efeitos legais, que, no ano calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006.

(data)

(representante legal)

1912

1963

FORTUNA DE MINAS